



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

*Estado de Minas Gerais*

**LEI Nº 1.490, DE 14 DE JULHO DE 2021.**

**Institui o Programa de Recuperação Fiscal - Refis Municipal 2021 e dá outras providências.**

**O Povo do Município de Areado**, por seus representantes decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

## **Capítulo I**

### **DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS 2021**

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Areado - Refis Municipal 2021, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, relativos a créditos municipais, constituídos ou não, inscritos em dívida ativa ou não, ajuizados ou não, com exigibilidade suspensa ou não, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2020, sejam decorrentes de obrigação própria, inclusive o saldo remanescente dos débitos consolidados no programa de parcelamento anterior.

§ 1º O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do sujeito passivo, que fará jus ao regime especial de regularização de débitos com o Município, inclusos no Programa.

§ 2º Ficam excluídos deste programa os créditos municipais relativos a regularização de obras e outorga onerosa, provenientes da construção civil.

## **Capítulo II**

### **DA ADESÃO AO PROGRAMA E SUA CONCRETIZAÇÃO**

Art. 2º A adesão ao programa REFIS 2021 de que trata esta Lei terá que ocorrer mediante requerimento próprio fornecido pela Secretaria Municipal de administração e Fazenda por meio do Setor de Dívida Ativa, conforme modelo no Anexo I, que deverá ser assinado pelo proprietário ou por procurador com poderes para transigir, mediante a apresentação de documento de identidade (RG ou equivalente) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) e, em se tratando de pessoa jurídica, a opção será subscrita por representante legal ou mediante autorização do titular do débito, devidamente identificado, com respectivas cópias do Contrato Social, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), bem como de atualização cadastral.

§ 1º A adesão de que trata o *caput* deste artigo se dará até 60 (sessenta) dias após a entrada em vigor desta Lei, junto ao Setor de Dívida Ativa desta Prefeitura.

a) se o sexagésimo, dia ocorrer em sábado domingo ou feriado será considerado o primeiro dia útil subsequente.

§ 2º Somente após a assinatura do termo de que trata o parágrafo primeiro e depois deste realizar o pagamento integral ou o da primeira parcela, é que terá eficácia e validade os benefícios do REFIS 2021.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

*Estado de Minas Gerais*

§ 3º Do "Termo de Parcelamento" deverá constar a confissão da dívida, com todos os débitos do contribuinte para com o Município, até 31 de dezembro de 2020, sob pena de indeferimento do pedido de adesão ao Programa.

Art. 3º A dívida objeto do parcelamento ou do pagamento à vista será consolidada com todos os encargos administrativos e judiciais cabíveis, inclusive honorários advocatícios, na data de seu requerimento.

Parágrafo único. Os valores referentes aos honorários advocatícios não sofrerão qualquer desconto e deverão ser pagos em uma única parcela.

Art. 4º Poderão ser incluídos no REFIS, os débitos:

I – oriundos de declarações espontâneas ou lançamentos de ofício, desde que os fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2020, relativos aos seguintes créditos:

- a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU;
- b) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ISSQN;
- c) Taxas;
- d) Multas e outros débitos.

II – aqueles que tiveram os parcelamentos e negociações cancelados por inadimplência.

Art. 5º O disposto nesta Lei não alcança débitos relativos ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI.

## **Capítulo III**

### **DOS BENEFÍCIOS DO REFIS 2021**

Art. 6º O "REFIS 2021" beneficiará o contribuinte da seguinte forma:

- I - para quitação à vista, 100% (cem por cento) de desconto nos juros de mora e multa, inclusive a moratória, relacionados a débitos de que trata o artigo primeiro, se pagos em parcela única parcela;
- II - sob parcelamento, com redução no valor de multa e dos juros de mora, na forma da tabela abaixo:
  - a) 80% (oitenta por cento) de desconto nos juros de mora e multa, inclusive a moratória, relacionados a débitos de que trata o artigo primeiro, se pagos até 10 (dez) parcelas;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

*Estado de Minas Gerais*

- b) 70% (setenta por cento) de desconto nos juros de mora e multa, inclusive a moratória, relacionados a débitos de que trata o artigo primeiro, se pagos em 15 (quinze) parcelas;
- c) 50% (cinquenta por cento) de desconto nos juros de mora e multa, inclusive a moratória, relacionados a débitos de que trata o artigo primeiro, se pagos em 20 (vinte) parcelas;
- d) 40% (quarenta por cento) de desconto nos juros de mora e multa, inclusive a moratória, relacionados a débitos de que trata o artigo primeiro, se pagos 30 (trinta) parcelas;
- e) 20% (vinte por cento) de desconto nos juros de mora e multa, inclusive a moratória, relacionados a débitos de que trata o artigo primeiro, se pagos 36 (trinta e seis) parcelas.

§ 1º Em qualquer caso em que ocorra o parcelamento, a quitação da primeira parcela será efetuada à vista e, as demais, mensal e sucessivamente.

§ 2º O atraso no pagamento de qualquer parcela importará no acréscimo de correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento).

§ 3º O valor mínimo da parcela será de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoa física e R\$ 70,00 (setenta reais) para pessoa jurídica.

§ 4º Ao montante apurado na forma desta Lei serão aplicados juros simples de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor de cada cota do parcelamento.

## **Capítulo IV**

### **DAS CONDIÇÕES DE ADESÃO DO REFIS 2021**

Art. 7º A Adesão ao "REFIS 2021" implica:

- I - na confissão irrevogável e irretratável dos débitos;
- II - no pagamento regular e tempestivo das parcelas do débito incluído no Programa;
- III - na renúncia expressa a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como à desistência dos já interpostos, relativamente à matéria cujo respectivo débito queira parcelar, bem como renúncia ao direito em que se fundam;
- IV - a ciência acerca dos executivos fiscais e respectivos valores, nas hipóteses de ações de execução fiscal pendentes;
- V - na aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas;
- VI - no parcelamento da totalidade das obrigações tributárias lançadas em nome do optante, vencidas até 31 de dezembro de 2020.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

*Estado de Minas Gerais*

Art. 8º O contribuinte optante pelo "REFIS 2021" será dele excluído na inobservância de qualquer das condições estabelecidas nesta Lei ou em regulamento e na apuração, pela fiscalização, da prática de qualquer ato doloso ou fraudulento tendente a subtrair do Erário Municipal, no todo ou em parte, tributo que deveria recolher na condição de contribuinte ou responsável.

§ 1º A exclusão das pessoas físicas e jurídicas do REFIS Municipal implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e, se for o caso, automática execução do débito ou continuidade da dívida já ajuizada, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 2º A exclusão produzirá efeitos a partir do mês em que ocorrido o fato que ensejar a exclusão.

Art. 9º A homologação da opção não implica em desconstituição da penhora ou renúncia de quaisquer garantias efetivadas nos autos de execução fiscal.

## **Capítulo V**

### **DO PROTESTO EXTRAJUDICIAL**

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a encaminhar a protesto extrajudicial os créditos da Fazenda Pública Municipal, de qualquer natureza, vencidos e que estejam em qualquer fase de cobrança administrativa ou judicial, especialmente aqueles advindos do não cumprimento das obrigações do REFIS/ 2021.

Parágrafo único. Na hipótese de protesto extrajudicial seu cancelamento somente ocorrerá com o pagamento integral do crédito fazendário, custas e despesas incidentes e no caso de desconto pelo REFIS/2021 as custas cartorárias serão as relacionadas ao valor original da dívida encaminhada ao cartório de protesto.

## **Capítulo VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 11. Fica o Executivo autorizado a baixar normas complementares para a execução do Programa.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Areado, em 14 de julho de 2021

Douglas Ávila Moreira  
Prefeito Municipal

Melissa Daniela da Silveira de Faria  
Secretária-Geral em substituição



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

Estado de Minas Gerais

## ANEXO I IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

O presente estudo de impacto orçamentário e financeiro destina-se ao atendimento do disposto no artigo 14 da Lei Federal nº 101/2000, referente ao Projeto de Lei que trata do “Programa de Recuperação Fiscal – Refis Municipal 2021”, destinado a promover o recebimento à vista ou parcelados dos créditos tributários e não tributários, conforme débitos inscritos em Dívida Ativa, objeto, ou não, de demandas executivas fiscais, para os que quitarem seus débitos com a Fazenda Pública Municipal.

O quadro abaixo demonstra que a média de arrecadação de juros e multas moratórios está em torno de **R\$ 171.489,09** tendo por base os exercícios completos de 2018 – R\$ 156.155,31; 2019 – R\$ 223.528,56 e, 2020 R\$ 134.783,40.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2018		2019		2020		2021 PREVISÃO DE RECEBIMENTO DA RECEITA ATÉ DEZEMBRO DE 2021	MÉDIA ARRECADAÇÃO ÚLTIMOS 3 ANOS (2018-2019-2020)
		RECEITA PREVISTA	RECEITA ARRECADADA	RECEITA PREVISTA	RECEITA ARRECADADA	RECEITA PREVISTA	RECEITA ARRECADADA		
19.00.00.00	Multas e Juros de Mora	122.594,16	156.155,31	123.761,69	223.528,56	195.526,97	134.783,40	175.389,54	171.489,09

Para o exercício de 2021, segundo o orçamento vigente, há expectativa de recebimento de penalidade de multa e juros na ordem é de R\$ 175.389,54 e a expectativa de receita com a isenção de juros e correções monetárias é de R\$ 1.046.432,63 valor esse sendo o principal da Dívida Ativa de Impostos e Taxas em 31/12/2020.

Ressaltamos ainda no quadro acima que a média anual de arrecadação da Dívida Ativa está baixa, e certamente que com tal incentivo, haverá superávit na respectiva arrecadação, com claros reflexos positivos na receita estimada para 2021, elevando-se a uma arrecadação maior do que a prevista.

Destacamos também o estoque de Dívida Ativa do município de totaliza no final do ano de 2020 a importância de R\$ 2.064.604,28 assim distribuídos:

PRINCIPAL (R\$)	MULTA E JUROS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA (R\$)
1.340.181,17	724.423,11

Por tudo isso é possível afirmar, em conclusão, que o projeto de lei em questão se mostra compatível e adequado à legislação orçamentária, não prejudicará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e preenche as exigências da Lei Complementar nº 01/2000.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE AREADO

*Estado de Minas Gerais*

## ANEXO II

### ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

	ESTIMATIVA DE RECEBIMENTO DA DÍVIDA ATIVA PARA 2021 <i>SEM</i> IMPLANTAÇÃO DO REFIS	ESTIMATIVA DE RECEBIMENTO DA DÍVIDA ATIVA PARA 2021 COM IMPLANTAÇÃO DO REFIS	ESTIMATIVA DE IMPACTO-REFIS
RECEITA	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Multas e Juros e Receita de Dívida Ativa	175.389,54	1.046.432,63	871.043,09
Total			